



RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2002

Aprofundar a democracia
num mundo fragmentado



Publicado
Para o Programa das Nações Unidas
Para o Desenvolvimento
(PNUD)

Lisboa
MENSAGEM - Serviço de Recursos Editoriais, Lda
Rua Dr. Manuel de Arriaga, 68-D
2745-158 QUELUZ
PORTUGAL



MENSAGEM

MENSAGEM - Serviço de Recursos Editoriais
Rua Dr. Manuel de Arriaga, 68-D - 2745-158 QUELUZ
Telef. +351 214 342 110 • Fax +351 214 342 119

Direitos de Autor ©1998
do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1 UN Plaza, New York, New York, 10017, USA
<http://www.undp.org/undp/hdro>

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida, de qualquer forma ou por qualquer meio, electrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem autorização da Trinova Editora.

Edição em língua portuguesa MENSAGEM - Serviço de Recursos Editoriais
Rua Dr. Manuel de Arriaga, 68-D - 2745-158 QUELUZ
Telef. +351 214 342 110 • Fax +351 214 342 119

Tradução: José Freitas e Silva e Maria Natércia Estêvão

Coordenação da tradução e revisão técnica: João Estêvão

Capa e design: Gerald Quinn, Quinn Information Design, Cabin John, Maryland

Paginação e preparação gráfica: João Mendes - Artes Gráficas, Lda - Telemóvel 919 032 125

Impressão e acabamento: SIG - Sociedade Industrial Gráfica, Lda.
Bairro de S. Francisco, Lote 1-6
P. 2685-466 Camarate - PORTUGAL
Telefone: (351) 21 9473701 • Fax: (351) 21 9475970

ISBN 972-8730-04-7

Depósito Legal N.º

Agradecimento: A tradução e a publicação da edição portuguesa do Relatório do Desenvolvimento Humano 2002 foi possível graças ao apoio do Instituto da Cooperação Portuguesa.

EQUIPA PARA A PREPARAÇÃO DO
Relatório do Desenvolvimento Humano 2002

Directora e Autora Principal
Sakiko Fukuda-Parr

Consultora Principal
Ngair Woods

Conselheira Especial
Nancy Birdsall

Equipa nuclear

Omar Noman (Deputy Director), Haishan Fu (Chief of Statistics), Silva Bonacito, Emmanuel Boudard, Claes Johansson, Petra Mezzetti, Tanni Mukhopadhyay, Richard Ponzio, Paul Segal, David Stewart e Aisha Talib

Conselheiro Estatístico: Tom Griffin

Consultores principais

Isabella Bakker, Nicole Ball, Christian Barry, Michael Brzoska, Richard Falk, Ann-Marie Goetz, Robert Jenkins, Mary Kaldor, Adeel Malik, Malini Mehra, Santosh Mehrotra, Pippa Norris, Siddiquir Osmani, Paul Streeten e Ashutosh Varshney

Editores: Stephanie Flanders and Bruce Ross-Larson

Design: Gerald Quinn

Prefácio

Este *Relatório do Desenvolvimento Humano* tem a ver, em primeiro lugar e acima de tudo, com a ideia de que a política é tão importante como a economia para um desenvolvimento bem sucedido. A redução sustentada da pobreza exige um crescimento equitativo, mas também exige que os pobres tenham poder político. E a melhor maneira de conseguir isso, de modo consistente com os objectivos do desenvolvimento humano, é pela criação de formas fortes e aprofundadas de governação democrática, a todos os níveis da sociedade.

Mas, essa afirmação é controversa. Muitos detractores sugerem que, especialmente nos países em desenvolvimento, a democracia tende a ser demasiado confusa, descontrolada e sujeita à manipulação e ao abuso, para poder proporcionar a estabilidade e a continuidade necessárias à reforma social e económica sustentada. Todavia, como o Relatório deixa claro, tais argumentos estão errados por dois motivos.

Primeiro, enquanto existir campo para um debate legítimo e vivo acerca das melhores políticas e práticas para assegurar o crescimento económico, as democracias, no fim de contas, não são piores do que outras formas de governo quanto à promoção do bom desempenho económico. E as democracias são notavelmente melhores quanto à satisfação das mais prementes necessidades sociais dos cidadãos, particularmente em momentos de crise ou de desajustamento, que mais afectam os pobres. Segundo—e não menos importante— a participação democrática constitui um objectivo decisivo do desenvolvimento humano e não apenas um meio de o alcançar.

No entanto, se estamos a falar de sistemas globais de governação que enfrentam os descomunais desafios de um mundo crescentemente interligado, acerca dos governos nacionais que se esforçam por satisfazer as necessidades dos seus cidadãos, ou acerca das empresas e das forças privadas da vida nacional e mundial destruídas pelas mudanças económicas, sociais e tecnológicas das últimas décadas, é claro que a efectiva governação democrática ainda não é uma realidade.

Também, como se pode ver pelo Relatório, tendo em conta as tendências actuais, uma parte significativa dos estados do mundo não têm qualquer probabilidade de virem a atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, incluindo o ultrapasadíssimo alvo de redução da extrema pobreza a metade, em 2015. Muitos países estão mais pobres do que há 10, 20 e 30 anos, nalguns casos. Tal como é perturbante a onda de euforia que viu saltar para 140 o número de países que, ao longo dos últimos quinze anos, adoptaram muitos dos fundamentos da democracia—em especial o sistema de eleições multipartidárias— e que começa a transformar-se em frustração e desespero. Se, por um lado, há algumas notáveis e bem-vindas excepções, a verdade é que, por outro, muitos dos governos destes países não foram capazes de proporcionar os empregos, os serviços e a segurança pessoal que os seus cidadãos tão intensamente necessitam e desejam. Um número crescente de governos democráticos desta nova vaga— incluindo alguns já estabelecidos há mais tempo— têm resvalado para a prática de actos cada vez mais anti-democráticos, desde alterações à constituição pelos líderes políticos e campanhas de enfraquecimento dos poderes legislativo e judicial, até à manipulação descarada das eleições, muitas vezes com consequências devastadoras para o desenvolvimento humano.

Além disso, nos países em que é reconhecido o princípio de que quem governa é a maioria saída das urnas de voto, é à custa dos direitos da minoria que tal acontece: demasiadas vezes, a ausência de uma cultura democrática significa que quem perde as eleições ou é perseguido pelos vencedores ou recusa reconhecer a legitimidade dos resultados eleitorais. As democracias exigem não só governos legítimos mas também oposições legítimas.

Nalguns destes países— e em muitos outros que ainda têm de dar alguns passos, por tímidos que sejam, rumo à democracia— o resultado é o aparecimento de uma população cada vez mais alienada e cheia de raiva, especialmente constituída por jovens. Essa hostilidade está a artilhar uma retaliação tanto contra os regimes

vigentes como contra as forças impessoais da globalização. Nos casos mais extremos, os grupos radicais ou fundamentalistas estão a adoptar soluções violentas para os seus sofrimentos, o que ficou tragicamente ilustrado pelos ataques terroristas do 11 de Setembro de 2001 e pelas suas repercussões mundiais.

Quando combinadas com as crescentes ameaças transnacionais, desde a SIDA até às mudanças climáticas, e exacerbadas por um sistema económico global que, na maior parte dos casos, permanece firmemente instalado a favor dos países industriais, o resultado é uma crescente crise de governação em muitas partes do mundo. Das ruas de Seattle, Washington e Génova, em Itália, até às fábricas e aos campos de vastas zonas da Ásia, da África e da América Latina, por todo o lado há cidadãos que perderam a confiança na capacidade e no empenho dos seus líderes políticos para lidar com estes desafios prementes.

Que resposta devemos dar?

Tornou-se vulgar, nos anos recentes, ouvir os autores de políticas governamentais e especialistas de desenvolvimento a caracterizarem a boa governação como sendo “o elo que falta” para haver um crescimento e uma reforma económica bem sucedidos nos países em desenvolvimento. Mas a atenção tem sido centrada quase exclusivamente nos processos económicos e na eficiência administrativa.

A mensagem central deste Relatório é esta: a governação eficiente constitui o ponto central do desenvolvimento humano e as soluções duradouras precisam de ultrapassar tão estreitas questões e de estar firmemente enraizadas numa política democrática, considerada no seu sentido mais amplo. Por outras palavras, não se trata da democracia tal como ela é praticada por um dado país ou grupo de países em particular, mas, antes, de um conjunto de princípios e de valores nucleares que possibilitem aos pobres a conquista de algum poder através da participação, ao mesmo tempo que lhes é dada protecção contra os inúmeros actos de arbitrariedade que a sua vida sofre por parte dos governos, das multinacionais e de outras forças.

Isso significa garantir que as instituições e o poder estejam estruturados e distribuídos de maneira que os pobres disponham realmente de voz e de espaço e que sejam criados mecanismos através dos quais os poderosos – quer se trate de líderes políticos, empresas ou de outros actores com influência – possam ser considerados responsáveis pelas suas acções.

A nível nacional, um tal aprofundamento da democracia impõe um enfoque no reforço das instituições estatais democráticas que constituem os fundamentos necessários à realização de quaisquer objectivos mais vastos. E, a nível global, destaca a urgência de criar um espaço muito mais democrático em que as instituições internacionais e as coligações transnacionais operem como mais alto grau de transparência e dêem aos países em desenvolvimento, quer assento à mesma mesa, quer um significativo acordo em decisões que os afectam.

De modo mais prático, para o trabalho de organismos como o PNUD, também sublinha a importância de consagrar recursos e saber especializado à difícil questão de como dar forma prática a estas ideias, identificando e ajudando os países a aplicarem políticas e práticas – em áreas que vão desde o reforço dos parlamentos, até à formação de forças policiais responsáveis e até ao poder descentralizado a nível local – que melhor levem a cabo estes objectivos há tanto tempo visados.

Como todos os Relatórios do Desenvolvimento Humano este é uma análise não apologética e independente visando o progresso do debate sobre o desenvolvimento humano. Como tal, não representa uma declaração formal da política seguida pelo PNUD, ou pelas Nações Unidas. Não obstante, creio que a sua mensagem central é muito relevante para um trabalho mais vasto do PNUD e dos seus parceiros. Os objectivos de Desenvolvimento do Milénio continuam a ser atingíveis. Mas só conseguiremos chegar lá, se os líderes nacionais e mundiais tiverem a visão e a coragem de começar por enfrentar estas questões decisivas da governação democrática.



Mark Malloch Brown
Administrador do PNUD

A análise e as recomendações quanto à política a seguir contidas neste Relatório não reflectem, necessariamente, as opiniões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da sua Comissão Executiva ou dos seus Estados membros. O Relatório é uma publicação independente, encomendada pelo PNUD. É o resultado do trabalho colectivo de uma equipa de eminentes consultores e conselheiros e da equipa do Relatório de Desenvolvimento Humano. Sakiko Fukuda-Parr, Directora do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, chefiou os trabalhos, com amplo aconselhamento e larga colaboração de Nancy Birdsall, Conselheira Especial do Administrador.

Agradecimentos

A preparação deste Relatório não teria sido possível sem as contribuições valiosas de um grande número de pessoas e de organizações.

A equipa do Relatório está particularmente grata a Amartya Sen pelos seus conselhos e interpretações sobre o importante papel da democracia no desenvolvimento humano e pela sua continuada participação na preparação anual dos *Relatórios do Desenvolvimento Humano*.

CONTRIBUIÇÕES

A investigação de apoio comissionada para o Relatório teve a contribuição de Isabella Bakker, Nicole Ball, Christian Barry, Michael Brzoska, Lynn Carter, Richard Falk, Ann-Marie Goetz e Robert Jenkins, Mary Kaldor, Kees Kingma e Herbert Wulf, Linda Maguire, Adeel Malik, Malini Mehra, Santosh Mehrotra, Shandana Khan Mohmand, Pippa Norris e Dieter Zinnbauer, Siddiqur Osmani, Paul Streeten, Ashutosh Varshney e Ngaire Woods.

Os estudos a nível regional sobre temas específicos comissionados para o Relatório tiveram a contribuição de Marek Dabrowski and Radzisława Gortat, Mohammad Fajrul Falaakh, Takashi Inoguchi, Wojciech Marchlewski, Lincoln Mitchell e Leo Glickman, Ahmed Mohiddin, Nazih Richani, Naomi Sakr, Catalina Smulovitz e Enrique Peruzzotti, Sergio Sporerer, Katarina Subasic, Wisdom Tettey e Raimo Vayrynen.

Muitas organizações partilharam generosamente as suas séries de dados e outros materiais de investigação: Centro de Análise e Informação sobre o Dióxido de Carbono, Centro para as Comparações Internacionais e Inter-Regionais (Universidade da Pensilvânia), Organização para a Alimentação e Agricultura, Freedom House, Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, Organização Internacional do Trabalho, União Internacional das Telecomunicações, União Inter-Parlamentar, Pro-

grama Conjunto das Nações Unidas para o HIV/SIDA, Estudos de Rendimento do Luxemburgo, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Grupo PRS, Instituto Internacional de Estocolmo para a Investigação sobre a Paz, Transparência Internacional, Centro de Oslo do PNUD para a Governação, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Departamento das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento, Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Instituto Inter-Regional de Investigação das Nações Unidas sobre a Criminalidade e a Justiça, Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, Divisão das Nações Unidas para a População, Universidade de Maryland – Polity IV Project, Banco Mundial, Organização Mundial da Saúde, Organização Mundial para a Propriedade Intelectual, Organização Mundial do Comércio.

PAINEL CONSULTIVO

O Relatório beneficiou significativamente do conselho intelectual e da orientação prestados por um painel consultivo externo de peritos eminentes em temas de democracia, desenvolvimento humano, política económica global e governação. Do painel fizeram parte Charles Abugre, Tunku Abdul Aziz, Kwesi Botchwey, Diane Elson, Richard Goldstone, Rima Khalaf Hunaidi, Asma Jahangir, Devaki Jain, Anders B. Johnsson, Devesh Kapur, Martín Khor, Klaus M. Leisinger, Juan J. Linz, Mahmood Mamdani, Olawuyi Omitoogun, Hafiz Pasha, Ann Pettifor, Sonia S. Picado, Sandra Pralong, Bengt Säve-Söderberg, Paul Streeten, Mark Suzman e Emmanuel Tumusiime-Mutebile. Do painel consultivo sobre estatísticas fizeram parte Sudhir Anand, Lidia Barreiros, Jean-Louis

Bodin, William de Vries, Lamine Diop, Carmen Feijo, Andrew Flatt, Paolo Garonna, Leo Goldstone, Irina Krizman, Nora Lustig, Shavitri Singh, Tim Smeedling, Sudardi Surbakti, Alain Tranap e Michael Ward.

CONSULTAS

O Relatório beneficiou dos inputs fornecidos em várias reuniões regionais. Estes encontros, organizados com a ajuda dos escritórios regionais do PNUD, procuraram obter as perspectivas regionais sobre os temas do Relatório para África, América Latina e Caraíbas, Países Árabes, Ásia e Pacífico, Ásia do Sul e Europa Central e de Leste, Comunidade de Países Independentes. Os encontros forma organizados pelos escritórios do PNUD, em cada um dos seguintes países Bangladesh, Costa Rica, Indonésia, Japão, Marrocos e Polónia. O sucesso destes encontros deveu-se em muito aos seus organizadores, particularmente a Bo Asplund, Marc Destanne de Bernis, Bouna Sékou Diouf, Lígia Elizondo, Sukehiro Hasegawa e Jorgen Lissner. A equipa do Relatório está igualmente grata a todos quantos, nos escritórios nacionais, também participaram na organização de encontros, incluindo Latifa Bakhyyi, Mohamed Boussami, Jeanne Félix, Akiko Fuji, Charaf-e Gharbaoui, Shamim Hamid, Andre Klap, Karolina Myzk, Edward Newman, Olivier Ranaivondrambola, Bona Siahaan, Alek Siwinski e Cathy Stevulak.

A equipa do Relatório agradece ainda a todos os que participaram nas consultas. In Dhaka (Bangladesh): Muzzamel Huq, Akmal Hussain, Javed Jabbar, Abdur Rob Khan, Prakash Chandra Lohani, Neelabh Mishra, Saeed Quereshi, Mohan Man Sainju, Bhabani Sen Gupta, Rehman Sobhan e Asha Swarup.

Em São José (Costa Rica): Manuel Alcántara, Dante Caputo, Thomas Carothers, Michael Copedge, Pablo Da Silveira, Miguel Gutiérrez, Osvaldo Iazzetta, Gabriela Ippólito, Marta Lagos, Nobert Lechner, Sebastián Mazzuca, Juan Mendez, Cerdas Rodolfo, Juan Manuel Salazar, María Herminia Tavares, Jorge Vargas Cullerell, Evelyn Villarreal and Laurence Whitehead.

Em Jacarta (Indonésia): Dewi Fortuna Anwar, Antonio Assuncao, Ernesto Bautista, G. Bayasgalan, Binny Buchori, Edimon Ginting, Bambang Harymurty, Vu Quoc Huy, Dita Indahsari, Yuli Ismartono, Ryaas Rasjid, Bong-Scuk Sohn, Phonesaly Souksa-

vath, R. Sudarshan, Wilfrido V. Villacorta, Erna Witoelar e Roya Tabatabaei Yazdi.

Em Tóquio (Japão): Julius Court, Wakako Hironaka, Ryokichi Hirono, Yukiko Kawahashi, Katsuhide Kitatani, Yoko Kitazawa, Yoko Komiyama, Kyoko Kuwajima, Kazumoto Momose, Kimihide Mushakoji, Shuzo Nakamura, Deepak Nayyar, John O'Shea, Yasuaki Onuma, Yasutami Shimomura, Makoto Taniguchi, Ramesh Thakur, Chizuko Ueno and Yozo Yokota.

Em Tânger (Marrocos): Rachid Belkahia, Benacer El Baz, Mostapha Faik, Nader Fergany, Ahmed Gouitâa, Carol Hakim, Ahmed Ibrahim, Moncef Kouidhi, Amina Lemrini, Camille Mansour, Achille Mbembe and Sandra Pepera.

Em Varsóvia (na Polónia): Viatsheslav Bakhmin, Dagmara Baraniewska, Andrzej Brzozowski, Janusz Czarnski, Wojciech Gasparski, Mirosława Grabowska, Pawel Grzesik, Barbara Imiolczyk, Antoni Kamiński, Lena Kolarska-Bobińska, Ilko Kucheriv, Lidia Kuczmierowska, Barbara Mrówka, Krzysztof Mroziewicz, Ewa Poplawska, Jerzy Regulski, Janusz Reykowski, Anna Rozicka, Andrzej Rychard, Talis Tisenkopfs, Irena Wóycicka, Sabit Zhusupov and Andrzej Zoll.

Durante os preparativos do Relatório foram muitos os indivíduos consultados e que deram o seu valioso conselho, informações e que disponibilizaram material, participando ainda em encontros. A equipa do Relatório agradece a Yasmin Ahmad, Alessandra Alfieri, Bettina Aten, Yusuf Bangura, Benjamin Barber, Grace Bediako, Eric Bertherat, Claude Jean Bertrand, Ana-Pilar Betrán, Yonas Biru, Dana Blumin, Barbara Boland, Françoise Bravard, Sharon Capeling-Alakija, Edelisa Carandang, Marc Cassidy, Shiu-Kee Chu, Marc Copin, Patrick Cornu, Marlo Corrao, Marie-France Croisier, Sam Dawes, Michael Doyle, Michael Edwards, Elisabeth Feller-Dansokho, Mariona Ferrer, Rodolfo Roque Fuentes, Maria Gratschew, Emmanuel Guindon, Messaoud Hammouya, Andrew Harvey, Eivind Hoffmann, Bela Hovy, José Augusto Hueb, Jens Johansen, Lawrence Jeffrey Johnson, Ian Johnstone, Gareth Jones, Harriet Kabagenyi, Tapio Kanninen, Karin Karlekar, Daniel Kaufmann, Jim Ketterer, Richard Kohl, Karoly Kovacs, Murat Küpcü, Olivier Labe, Georges LeMaitre, Xiaobo Lu, Nyein Nyein Lwin, Douglas Lynd, Esperanza Magpantay, Monty G. Marshall, Adriana Mata-Greenwood, Jorge Matter,

Caralee McLiesh, Farhad Mehran, Maria Helena Capelli Miguel, Branko Milanovic, Mick ix Moore, Caroline Moser, Sumie Nakaya, Andrew J. Nathan, Rachel Neild, Guillermo O'Donnell, Paul Oquist, Enrique Ordaz, Jude Padayachy, Rosario Pardo, Christine Pintat, William Prince, Agnes Puymoyen, Jonathan Quick, Hanta Rafalimanana, Asenaca Ravuvu, Mireille Razafindrakoto, Matthias Reister, Horacio Santamaria, Akilappa Sawyerr, Bernhard Schwartlander, Andrei Shleifer, Joseph Siegle, Petter Stålenheim, Leonard R. Sussman, Karen Taswell, Vivienne Taylor, Gordon Telesford, Ramesh Thakur, Maja Tjernström, John van Kesteren, Antonio Viegas, Neff Walker, Tessa Wardlaw, Siemon Wezeman, Abiodun Williams, Yuxue Xue, Sylvester A. Young and Hania Zlotnik.

LEITORES DO PNUD

Um grupo de leitores, constituído por colegas do PNUD, deu opiniões extremamente pertinentes, sugestões e interpretações durante a fase de elaboração do Relatório. A equipa do Relatório está particularmente agradecida a Neil Buhne, Fernando Calderon, John Hendra, Zahir Jamal, Abdoulie Janneh, Bruce Jenks, Sirkka Korpela, Robert Leigh, Justin Leites, Carlos Lopes, Linda Maguire, Kamal Malhotra, Khalid Malik, Lamin Manneh, Elena Martinez, Saraswathi Menon, Kalman Mizsei, K. Seeta Prabhu, Tore Rose, Andrew Russell, Julia Taft, Pauline Tamesis, Gulden Turkoz-Cosslett, Antonio Vigilante, Gita Welch, Caitlin Wiesen and Kanni Wignaraja.

O Relatório beneficiou ainda da colaboração de colegas do PNUD que trabalham no Bureau for Crisis Prevention e Recovery, Bureau for Development Policy, e Institutional Development Group, e no UN Development Fund for Women.

APOIO ADMINISTRATIVO

Oscar Bernal, Renuka Corea-Lloyd and Mamaye Gebretsadik deram apoio administrativo à preparação do Relatório. Outros colegas do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano que deram o seu inestimável apoio: Sarah Burd-Sharps, Mary Ann Mwangi, Shahrbanou Tadjbakhsh, Frederik Teboul, Nena Terrell e Anne Louise Winsløv. O relatório beneficiou ainda do trabalho e dedi-

cação de estagiários: Jenny Berg, Michael G. Bober, Natalia Caruso, Nina Hoas, Eva Kamau, Halima-Noor Khan e Thomas Pave Sohnesen. Linda Cheng e Emily White deram o seu inestimável apoio à equipa de estatísticas.

Liliana Izquierdo, Juan Luis Larrabure e Natalia Palgova, do escritório das Nações Unidas para o Serviço de Projectos, também prestaram todo do o seu apoio administrativo.

EDIÇÃO, PRODUÇÃO E TRADUÇÃO

Como em anos anteriores, o Relatório beneficiou dos revisores da Communications Development Incorporated – Meta de Coquereumont, Paul Holtz, Bruce Ross-Larson, Stephanie Rostron e Alison Strong. O Relatório foi desenhado por Gerald Quinn e paginado por Damon Iacovelli e Jason Osder.

O Relatório beneficiou ainda da tradução, *design* e trabalho de distribuição de Elizabeth Scott Andrews, Maureen Lynch e Hilda Paqui.

* * *

A equipa expressa o seu sincero apreço pelos revisores do Relatório – John Cavanagh, Mary Kaldor, Terry Lynn Karl and Adam Przeworski – que reviram cuidadosamente os primeiros escritos do Relatório. A equipa também está grata a Irena Krizman, Lene Mikkelsen e Darryl Rhoades, os revisores estatísticos que escrutinaram o uso de dados no Relatório e emprestaram o seu conhecimento estatístico.

Finalmente, os autores estão particularmente gratos a Mark Malloch Brown, Administrador do PNUD, pela sua liderança e visão. Apesar de gratos por todo o apoio recebido, os autores assumem a inteira responsabilidade pelas opiniões expressas no Relatório.



Sakiko Fukuda-Parr

Directora

Relatório do Desenvolvimento Humano 2002

Índice

INTRODUÇÃO

Aprofundar a democracia num mundo fragmentado 1

BALANÇO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 10

CAPÍTULO 1

O estado e o progresso do desenvolvimento humano 13

Tendências da participação política e da democracia no mundo 14

Os objectivos de desenvolvimento do milénio: compromissos e perspectivas 16

Apêndice 1.1 Avaliar a governação: indicadores de democracia e de direitos políticos e civis 36

CAPÍTULO 2

Governança democrática para o desenvolvimento humano 51

O papel da liberdade e da participação políticas no desenvolvimento humano 52

Democracia e desenvolvimento humano 54

CAPÍTULO 3

Aprofundar a democracia atacando os défices democráticos 63

Responsabilidade pública das instituições democráticas 65

Reforçar as instituições democráticas formais 69

Promover a política democrática para aprofundar a prática democrática 79

Aprofundar a democracia atacando os défices democráticos 83

CAPÍTULO 4

Democratizar a segurança para evitar o conflito e construir a paz 85

Assegurar a paz e a responsabilidade pública 86

As principais prioridades para uma governação mais democrática do sector da segurança 90

Construção democrática da paz em sociedades dilaceradas pela guerra 94

Democratizar a segurança num mundo fragmentado 99

CAPÍTULO 5

Aprofundar a democracia a nível mundial 101

Pluralismo e democracia mundial: o papel das campanhas da sociedade civil e dos processos de participação múltipla 102

Construir instituições internacionais mais democráticas 112

Aprofundar a democracia – imperativos mundiais e nacionais 121

Notas	123
Notas bibliográficas	126
Bibliografia	128

CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS

A santidade da vida humana <i>Kofi Annan</i>	14
Desenvolvimento humano e dignidade humana <i>Aung San Suu Kyi</i>	52
O futuro do mundo pertence à democracia <i>Seyyed Mohammad Khatami</i>	64
Governança democrática em África <i>Abdoulaye Wade</i>	86
Eliminar as minas terrestres em sociedades devastadas pela guerra <i>Jody Williams</i>	103
O papel do Jubileu 2000 na redução da dívida <i>Bono</i>	104

CAIXAS

1.1	Desigualdade mundial – níveis grotescos, tendências ambíguas	19
1.2	A pobreza é relativa	20
1.3	Realizando os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – país a país	31
1.4	Relatórios nacionais do desenvolvimento humano – inovações nas políticas nacionais	32
2.1	Boa governação – para quê?	51
2.2	Desenvolvimento humano – o conceito é maior que o índice	53
2.3	Princípios fundamentais da democracia – a Declaração Universal sobre a Democracia da União Inter-Parlamentar	55
2.4	Democracia e crescimento económico – uma revisão da literatura	56
3.1	Pessoas pobres, justiça pobre	66
3.2	Enviesamento sexual subverte processo legal	66
3.3	Influência das empresas na política	68
3.4	As quotas fazem a diferença na participação política das mulheres	70
3.5	Poder judicial da Índia – independência e activismo na defesa das instituições e práticas democráticas	72
3.6	Activismo judicial manteve a bandeira da democracia a flutuar – molemente – na África do Sul do <i>apartheid</i>	73
3.7	O papel dos organismos de supervisão independentes: a Comissão Federal de Eleições do México	73
3.8	Comissão dos Direitos Humanos da África do Sul – promovendo valores e práticas democráticas com a investigação do racismo nos meios de comunicação	74
3.9	O processo de reforma da China – expandir a participação e a responsabilização	74
3.10	Meios de comunicação vigilantes fazem funcionar as instituições democráticas	76
3.11	Meios de comunicação da Internet – vencer as restrições	77
3.12	Iniciativas orçamentais sensíveis ao género – um instrumento cada vez mais popular	80
3.13	Tecnologia e o poder da governação electrónica	81
3.14	Democracia participativa em funcionamento – preparando a nova constituição da Tailândia	82
3.15	Costa Rica – cidadãos auditam a qualidade da democracia	83
4.1	Quem é quem no sector da segurança	87
4.2	Velhos hábitos custam a morrer – a grande herança do regime militar	88
4.3	Princípios da governação democrática no sector da segurança	90
4.4	Democracia e reforma do sector da segurança: A experiência da África do Sul nos anos 1990	91
4.5	Maior consideração pela polícia através do policiamento da comunidade	94
4.6	Construir forças de segurança sustentáveis e etnicamente equilibradas na Bósnia e Herzegovina	95

4.7	Reduzir as pequenas armas através da construção democrática da paz	97
4.8	Limpar as minas terrestres exige capacitação de civis e comunidades	97
4.9	Trazer as mulheres para a mesa das negociações	98
4.10	Construir a paz através de comissões da verdade	99
4.11	Lições para a construção da paz a longo prazo no Afeganistão	100
5.1	Acesso a medicamentos essenciais contra o HIV/SIDA – o que tornou a campanha bem sucedida? Do diário de campanha da CPTech	106
5.2	Tornar a violação num acto de genocídio e num crime contra a humanidade – o tribunal do Ruanda	107
5.3	Deverão ser construídas grandes barragens?	109
5.4	Pressão das organizações não governamentais para a responsabilidade social das empresas	111
5.5	Revisão da questão de um Conselho de Segurança Económica	118
5.6	Nações Unidas ou Cinco Unidos? Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas	120
5.7	O Protocolo de Bio segurança—um modelo para a governação mundial inclusiva?	122

QUADROS

1.1	A maioria das pessoas já pode votar em eleições multipartidárias, 1999	15
1.2	Em todo o mundo, o número de pessoas que vive com menos de 1 dólar por dia pouco mudou nos anos 1990	18
1.3	A mortalidade materna é muito mais alta nalgumas regiões	27
1.4	Exportações e serviço da dívida dominam os fluxos de recursos de e para os países em desenvolvimento	31
A1.1	Indicadores subjectivos da governação	38
A1.2	Indicadores objectivos da governação	42
A1.3	Progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	46
3.1	Queda na filiação em partidos políticos	69
4.1	Quem guarda os guardas? Países que viveram intervenções armadas nos anos 1990	87
4.2	Durante o século XX, os genocídios foram muito mais vulgares sob regimes totalitários e autoritários	87
4.3	Nos Estados Unidos, os pobres têm mais probabilidades de ser vítimas de crime violento, 1999	88
4.4	Em 1996-2001 alguns países dominaram as exportações mundiais de armas convencionais	89
5.1	As ONG internacionais cresceram rapidamente nos anos 1990	103
5.2	O uso do veto tornou-se raro no Conselho de Segurança das Nações Unidas	119
5.3	Os vetos no Conselho de Segurança da ONU são aplicados a um pequeno conjunto de assuntos, 1990-2001	119
5.4	A África tem falta de representantes na sede da Organização Mundial de Comércio	121

FIGURAS

1.1	O mundo está a tornar-se mais democrático	15
1.2	Ratificação dos tratados de direitos humanos	16
1.3	A imprensa torna-se mais livre	16
1.4	A participação das mulheres atrasa-se em toda a parte	17
1.5	Os mais pobres sofreram mais com os conflitos	17
1.6	Países a caminho de atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	18
1.7	Sem conseguir sair da pobreza	18
1.8	Desempenho variável dentro das regiões	20
1.9	Nenhuma ligação automática entre IDH e IPH-1	21
1.10	Países ricos apresentam pouca variação do IDH, mas grandes diferenças no IPH	21
1.11	Disparidades mundiais na alfabetização	22

1.12	Disparidades mundiais na mortalidade de menores de cinco anos	26
1.13	Disparidades mundiais na esperança de vida	27
1.14	Devastação devida ao HIV/SIDA – quedas da esperança de vida na África Subsariana	27
1.15	Emissões de dióxido de carbono com origem desproporcionada nos países de rendimento elevado	28
1.16	A ajuda pública ao desenvolvimento tem que duplicar para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	30
1.17	Diminuiu a ajuda da maioria dos países membros da CAD, 1990-2000	30
2.1	Reforço mútuo de capacidades	53
2.2	Democracia não é obstáculo ao rendimento elevado	57
2.3	Rendimento baixo não é obstáculo à democracia	57
2.4	Probabilidade de mudança de regime – rendimento mais alto significa maior estabilidade	58
2.5	Democracia e desenvolvimento humano – as ligações	58
2.6	África do Sul: despesa pública de saúde utilizada para contrariar as enormes disparidades étnicas e regionais	59
2.7	Despesa pública de saúde esquece os pobres e favorece os ricos	59
2.8	Nenhuma ligação automática entre democracia e equidade	60
2.9	Nenhuma ligação automática entre democracia e desenvolvimento humano	60
3.1	A desigualdade está a piorar em muitos países em transição	63
3.2	Confiança nas instituições	69
3.3	Crescimento espectacular dos meios de comunicação social nos países em desenvolvimento	77
3.4	Quem possui os meios de comunicação?	78
3.5	Mudança de foco das notícias para o entretenimento no serviço público de radiodifusão	79
5.1	Fluxos crescentes de fundos de desenvolvimento através das organizações não governamentais	102
5.2	Que vozes contam no FMI e no Banco Mundial	113
5.3	Mulheres nos conselhos de directores de instituições financeiras internacionais	115
5.4	Que vozes são ouvidas nas negociações internacionais?	121

DESTAQUES

1.1	Progresso em direcção aos objectivos de desenvolvimento do milénio—quantos países estão no caminho?	24
1.2	Medir o desenvolvimento humano: os índices de desenvolvimento humano	34

INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Nota sobre as estatísticas no Relatório do Desenvolvimento Humano 141

MONITORIZAR O DESENVOLVIMENTO HUMANO: AUMENTAR AS ESCOLHAS DAS PESSOAS . . .

1	Índice de desenvolvimento humano	149
2	Tendências do índice de desenvolvimento humano	153
3	Pobreza humana e privação de rendimento: Países em desenvolvimento	157
4	Pobreza humana e privação de rendimento: Países da OCDE, Europa Central, do Leste & CEI	160

. . . PARA LEVAREM UMA VIDA LONGA E SAUDÁVEL . . .

5	Tendências demográficas	162
6	Compromisso com a saúde: acesso, serviços e recursos	166
7	Principais crises e desafios de saúde no mundo	170
8	Sobrevivência: progressos e retrocessos	174

. . . ADQUIRIREM CONHECIMENTO . . .

9	Compromisso com a educação: despesa pública	178
---	---	-----

10	Literacia e escolarização	182
11	Tecnologia: difusão e criação	186

... TEREM ACESSO AOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA UM NÍVEL DE VIDA DIGNO ...

12	Desempenho económico	190
13	Desigualdade no rendimento ou consumo	194
14	A estrutura do comércio	198
15	Fluxos de ajuda dos países membros do CAD	202
16	Fluxos de ajuda, capital privado e dívida	203
17	Prioridades na despesa pública	207
18	Desemprego nos países da OCDE	211

... ENQUANTO O PRESERVAM PARA AS GERAÇÕES FUTURAS ...

19	Energia e ambiente	212
----	--------------------	-----

... PROTEGENDO A SEGURANÇA PESSOAL ...

20	Refugiados e armamentos	216
21	Vítimas da criminalidade	220

... E REALIZANDO A IGUALDADE PARA TODAS AS MULHERES E HOMENS

22	Índice de desenvolvimento ajustado ao género	222
23	Medida de participação segundo o género	226
24	Desigualdades entre os sexos na educação	230
25	Desigualdades entre os sexos na actividade económica	234
26	Género, carga de trabalho e afectação do tempo	238
27	Participação política das mulheres	239

INSTRUMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS E DO TRABALHO

28	Estatuto dos principais instrumentos internacionais dos direitos humanos	243
29	Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho	247

30 INDICADORES BÁSICOS PARA OUTROS PAÍSES MEMBROS DA ONU 251

Notas técnicas

1	Cálculo dos índices de desenvolvimento humano	252
2	Avaliação do progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	259

Referências estatísticas 260

Definições de termos estatísticos 262

Classificação dos países 269

Índice de indicadores 273

Países e regiões que produziram relatórios de desenvolvimento humano 276



Aprofundar a democracia num mundo fragmentado

Este Relatório trata de política e desenvolvimento humano. Trata da maneira como o poder e as instituições políticas – formais e informais, nacionais e internacionais – moldam o progresso humano. E trata do que é preciso para que os países estabeleçam sistemas de governo democráticos, que façam progredir o desenvolvimento humano de todas as pessoas – num mundo onde tantos são deixados para trás.

A política é importante para o desenvolvimento humano porque as pessoas de toda a parte querem ser livres de determinar os seus destinos, de exprimir os seus pontos de vista e de participar nas decisões que moldam as suas vidas. Estas capacidades são tão importantes para o desenvolvimento humano – para o aumento das opções das pessoas – como saber ler ou desfrutar de boa saúde.

Nos anos de 1980 e 1990, o mundo fez progressos significativos na abertura dos sistemas políticos e na expansão das liberdades políticas. Cerca de 81 países deram passos significativos no sentido da democracia e, hoje, 140 dos quase 200 países do mundo têm eleições multipartidárias – mais do que nunca. Mas, a euforia do fim da guerra-fria deu lugar às sombrias realidades da política do século XXI.

Face à enorme pobreza e a agudas tensões sociais e económicas, vários países em desenvolvimento prosseguiram com a democratização. Alguns dos que deram passos nesse sentido, depois de 1980, já recuaram para governos mais autoritários: militares, como no Paquistão desde 1999, ou pseudo-democráticos, como no Zimbábwe nos últimos anos. Muitos outros ficaram entre a democracia e o autoritarismo, com liberdades políticas limitadas e políticas fechadas ou disfuncionais. Outros, incluindo estados falhados como o Afeganistão ou a Somália, tornaram-se terrenos de germinação do extremismo e do conflito violento.

Mesmo onde existem instituições democráticas firmemente estabelecidas, os cidadãos sentem-se fre-

quentemente impotentes para influenciar as políticas nacionais. Eles e os seus governos também se sentem mais sujeitos a forças internacionais que têm pouca capacidade de controlar. Em 1999, o Inquérito do Milénio da Gallup International perguntou a mais de 50.000 pessoas de 60 países se o seu país era governado segundo a vontade do povo. E apenas 1 em cada 10 disse que o seu governo correspondia à vontade do povo.

A globalização está a forjar maior interdependência, mas o mundo parece mais fragmentado – entre ricos e pobres, entre os poderosos e os sem poder e entre aqueles que saúdam a nova economia global e aqueles que exigem um percurso diferente. Os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos, lançaram nova luz sobre essas divisões, devolvendo as alianças militares estratégicas ao centro da política nacional e inspirando debates inflamados sobre o perigo de comprometer os direitos humanos em nome da segurança nacional.

Para a política e as instituições políticas promoverem o desenvolvimento humano e salvaguardarem a liberdade e a dignidade de todas as pessoas, a democracia tem que se alargar e aprofundar. É esse o tema deste Relatório.

Económica, política e tecnologicamente, o mundo nunca pareceu mais livre – ou mais injusto

Na Conferência da ONU sobre Financiamento para o Desenvolvimento, de Março de 2002 em Monterrey, México, líderes e políticos de todo o mundo avaliaram os progressos no sentido dos objectivos de desenvolvimento e de erradicação da pobreza fixados na Cimeira do Milénio da ONU, em 2000. Também prometeram um esforço mundial sem precedentes para atingir esses objectivos até 2015.

Muitos países em desenvolvimento estão a fazer progressos em várias frentes, em particular, na real-

Para a política e as instituições políticas promoverem o desenvolvimento humano e salvaguardarem a liberdade e a dignidade de todas as pessoas, a democracia tem que se alargar e aprofundar

Tal como o desenvolvimento humano exige muito mais do que rendimentos crescentes, a governação para o desenvolvimento humano exige muito mais do que ter instituições públicas eficientes

ização do ensino primário universal e da igualdade dos sexos no acesso à educação. Mas, para grande parte do mundo as perspectivas são sombrias. Com as actuais tendências, 33 países com mais de um quarto da população mundial atingirão menos de metade dos objectivos até 2015. Se o progresso global continuar a este passo de caracol, serão precisos mais de 130 anos para libertar o mundo da fome.

Há dois problemas que parecem espinhosos. O primeiro é a privação de rendimento. Para reduzir a metade a percentagem de pessoas que vivem com 1 dólar por dia, estimativas optimistas sugerem que é necessário um crescimento anual de 3,7% do rendimento per capita nos países em desenvolvimento. Mas, nos últimos 10 anos, apenas 24 países cresceram a este ritmo. Entre eles estão a China e a Índia, os países em desenvolvimento mais populosos. Mas, 127 países, com 34% da população mundial, não cresceram a este ritmo. Na verdade, muitos tiveram um crescimento negativo nos últimos anos e a percentagem da sua população na pobreza aumentou, quase certamente.

O segundo grande problema é a mortalidade juvenil. Embora 85 países estejam a caminho de reduzir as taxas de mortalidade de menores de cinco anos em dois terços relativamente aos níveis de 1990, ou já o tenham feito, eles possuem menos de um quarto da população mundial. Entretanto, 81 países, com mais de 60% da população mundial, não estão a caminho de alcançar esse objectivo até 2015.

O mais perturbador é que muitos dos países com menos probabilidades de atingir os objectivos são os mais pobres do mundo: os países menos desenvolvidos. E a maioria é da África Subsariana: 23 dos 44 países da região estão a fracassar na maioria das áreas e outros 11, como Angola e Ruanda, têm demasiado poucos dados para se fazer um juízo. A África do Sul é o único país da região onde menos de 10% das crianças são subalimentadas. Em seis países – incluindo a Eritreia, a Etiópia e o Níger – a percentagem é de mais de 40%. Sem uma viragem significativa, há uma possibilidade real dos líderes mundiais estarem, daqui a uma geração, a fixar outra vez os mesmos objectivos.

Estas perspectivas mistas realçam um paradoxo perturbador. A expansão da democracia, a integração das economias nacionais, as revoluções tecnológicas – tudo aponta para uma maior liberdade humana e um maior potencial para melhorar a vida das pessoas. Mas, são demasiados os países

em que a liberdade parece estar sob ameaça cada vez maior.

Democracia. O mundo está mais democrático do que nunca. Mas, dos 140 países que têm eleições multipartidárias, apenas 80 – com 55% da população mundial – são inteiramente democráticos segundo um critério. E 106 países ainda limitam importantes liberdades cívicas e políticas.

Paz. O número de guerras entre países diminuiu consideravelmente. Nos anos 90, os conflitos entre países mataram cerca de 220.000 pessoas, uma redução de aproximadamente dois terços em relação aos anos 80. Mas, os conflitos civis são mais nocivos do que nunca. Nos anos 90, cerca de 3,6 milhões de pessoas morreram em guerras internas dos estados, e o número de refugiados e de pessoas deslocadas internamente aumentou 50%.

Oportunidade: A nova tecnologia e uma maior integração económica estão a abrir caminho a mercados verdadeiramente mundiais. Mas, no meio da riqueza das novas oportunidades económicas, 2,8 mil milhões de pessoas ainda vivem com menos de 2 dólares por dia. O 1% mais rico da população mundial tem tantos rendimentos anuais como os 57% mais pobres. E, em muitas partes da África Subsariana, a vida das pessoas mais pobres está a piorar.

Alguns argumentam que ultrapassar o hiato entre o potencial e a realidade é uma questão de tempo e de vontade política. Para outros, o problema não é o ritmo lento da mudança – é a orientação básica. Mas sobre um ponto há amplo acordo: num mundo mais interdependente, a política e as instituições políticas são ainda mais importantes para o desenvolvimento humano. Por todo o mundo, as discussões sobre o desenvolvimento estão a dar mais ênfase às instituições e à governação. Esses debates concentram-se na eficiência das instituições públicas e nas regras para fazer funcionar os mercados e promover o crescimento económico – desde o profissionalismo e a transparência dos sistemas fiscais à capacidade dos sistemas judiciais fazerem cumprir contratos comerciais.

Essas questões são importantes para o desenvolvimento humano. Quando as instituições funcionam mal, as pessoas pobres e vulneráveis tendem a ser as que sofrem mais. Mas, tal como o desenvolvimento humano exige muito mais do que rendimentos crescentes, a governação para o desenvolvimento humano exige muito mais do que ter instituições públicas eficientes. A boa governação tam-

bém exige a promoção de instituições justas e responsáveis, que protejam os direitos humanos e as liberdades básicas. Não se trata apenas dos juízes serem formados, mas sim de observarem, ou não, os procedimentos devidos e serem, ou não, cegos para as diferenças de raça e de classe. Não se trata apenas das escolas serem construídas, mas dos estudantes das zonas pobres estarem tão bem equipados como os estudantes das zonas abastadas.

Isto continua a ser território relativamente novo para investigação séria, e as ligações entre instituições políticas e resultados económicos e sociais não são completamente entendidas. Este Relatório explora essas ligações do ponto de vista do progresso do desenvolvimento humano. Defende que os países só podem promover o desenvolvimento humano para todos quando tiverem sistemas de governo que sejam inteiramente responsáveis perante todas as pessoas – e quando todas as pessoas puderem participar nos debates e nas decisões que moldam a sua vida.

Fazer progredir o desenvolvimento humano exige uma governação que seja democrática tanto na forma como na substância – para as pessoas e pelas pessoas

A governação democrática é válida por si própria. Mas, também pode fazer progredir o desenvolvimento humano por três razões. Primeiro, desfrutar de libertar política e participar nas decisões que moldam a vida de uma pessoa são direitos humanos fundamentais: fazem parte do desenvolvimento humano por direito próprio. Em Brunei, Kuwait, Omã, Catar, Arábia Saudita e Emiratos Árabes Unidos, o direito de voto das mulheres nunca foi reconhecido. Independentemente do seu rendimento, isso restringe significativamente as suas opções na vida. A democracia é o único regime político que garante as liberdades políticas e cívicas e o direito a participar – tornando a governação democrática um bem em si mesma.

Segundo, a democracia ajuda a proteger as pessoas de catástrofes económicas e políticas como fomes e quedas no caos. Isto não é pouca coisa. Na verdade, pode significar a diferença entre a vida e a morte. Amartya Sen, galardoado com o prémio Nobel, mostrou como as eleições e uma imprensa livre dão aos políticos, em democracias, incentivos muito mais fortes para evitar fomes.

Desde 1995, cerca de 2 milhões de pessoas – uns espantosos 10% da população – morreram de fome na Coreia do Norte. Em 1958-61, aproximadamente 30 milhões de pessoas morreram de fome na China. Mas, desde que conseguiu a independência em 1947, a Índia não teve uma única fome, mesmo face a graves fracassos das colheitas. A produção alimentar foi duramente atingida durante a seca de 1973, em Madrastra. Mas, os políticos eleitos reagiram com programas de obras públicas para 5 milhões de pessoas e evitaram uma fome.

As democracias também contribuem para a estabilidade política, criando espaço para a oposição política e para a alternância do poder. Entre 1950 e 1990, os tumultos e as manifestações foram mais vulgares nas democracias, mas foram muito mais desestabilizadores nas ditaduras. Além disso, as guerras foram mais frequentes em regimes não democráticos e tiveram custos económicos muito mais elevados.

Terceiro, a governação democrática pode desencadear um ciclo virtuoso de desenvolvimento – na medida em que a liberdade política dá poder às pessoas para exercer pressão a favor de políticas que aumentem as oportunidades sociais e políticas, e na medida em que debates abertos ajudam as comunidades a moldar as suas prioridades. Da Indonésia ao México e à Polónia, iniciativas no sentido da democratização e da abertura política ajudaram a produzir este tipo de ciclo virtuoso, com uma imprensa livre e um activismo da sociedade civil fornecendo às pessoas novas maneiras de participar em decisões e em debates políticos.

Dois exemplos proeminentes são a programação orçamental participada e a programação orçamental sensível ao género. Em Porto Alegre, Brasil, a participação dos cidadãos na preparação dos orçamentos municipais ajudou a reformular a despesa, fazendo-a incidir em prioridades críticas de desenvolvimento humano. Durante os primeiros sete anos desta experiência, a percentagem de famílias com acesso a serviços de água aumentou (de 80% para 98%) e a percentagem da população com acesso a saneamento básico quase duplicou (de 46% para 85%).

A programação orçamental sensível ao género, que examina as implicações dos orçamentos nacionais e locais na igualdade dos sexos, é seguida em pelo menos 40 países. Na África do Sul, esses esforços prepararam os parlamentares para o exame minucioso das propostas orçamentais e levaram à inclusão da

Os países só podem promover o desenvolvimento humano para todos quando tiverem sistemas de governo que sejam inteiramente responsáveis perante todas as pessoas – e quando todas as pessoas puderem participar nos debates e nas decisões que moldam a sua vida

análise sensível ao género nos documentos políticos e a uma orientação mais eficiente da despesa pública.

As ligações entre democracia e desenvolvimento humano não são automáticas: quando uma pequena elite domina decisões económicas e políticas, a ligação entre democracia e equidade pode romper-se.

Nos últimos anos, as pessoas de todo o mundo lutaram pela democracia e venceram, na esperança de conquistar liberdade política – e oportunidades sociais e económicas. Mas, muitas já sentem que não conseguiram a democracia. Durante os anos de 1990, a desigualdade de rendimentos e a pobreza aumentaram acentuadamente na Europa Central e do Leste e na Comunidade de Estados Independentes (CEI), por vezes a ritmos sem precedentes. E, apesar da democracia estar mais difundida, o número de pessoas pobres na África Subsariana continuou a aumentar.

Quando os governos democráticos não respondem às necessidades das pessoas pobres, o público inclina-se mais para apoiar líderes autoritários, ou populistas, que afirmam que a limitação das liberdades cívicas e das liberdades políticas acelerará o crescimento económico e promoverá o progresso social e a estabilidade. Na América Latina, a elevada desigualdade de rendimentos e pobreza andam de mãos dadas com a pouca confiança do público nas instituições políticas e com a maior disponibilidade para aceitar a governação autoritária e violações dos direitos humanos.

Líderes autoritários prometem melhores resultados e argumentam que a democracia tem que ser sacrificada ao crescimento económico e ao progresso social. Mas não há provas desse *trade-off*. Estudos estatísticos mostram que nem o autoritarismo nem a democracia são factores determinantes quer do ritmo de crescimento económico, quer da maneira como se distribui. Experiências em todo o mundo apoiam essas conclusões. A Costa Rica, a democracia mais estável da América Latina, atingiu 1,1% de crescimento anual do rendimento per capita entre 1975 e 2000, mais do que a média regional de 0,7%, e apresenta a mais equitativa distribuição do rendimento, educação e saúde da região. Mas, no Brasil a democracia coexiste com desigualdades sociais e económicas que estão entre as maiores do mundo.

O Paraguai, mais autoritário, atingiu a taxa de crescimento médio do rendimento per capita da região, mas também não conseguiu aumentar as oportunidades sociais e económicas.

A democracia que dá poder às pessoas tem que ser construída – não pode ser importada

Em muitos países, um desafio central para o aprofundamento da democracia está a construir as instituições fundamentais da governação democrática:

- Um sistema de representação, com partidos políticos e associações de interesses a funcionarem bem.
- Um sistema eleitoral que garanta eleições livres e justas, bem como o sufrágio universal.
- Um sistema de fiscalização baseado na separação de poderes, com ramos judiciais e legislativos independentes.
- Uma sociedade civil vibrante, capaz de monitorizar negócios governamentais e privados – e de fornecer formas alternativas de participação política.
- Meios de comunicação livres e independentes.
- Controlo civil eficaz das forças armadas e de outras forças de segurança.

Estas instituições apresentam-se sob muitas formas e modelos. Porque a democracia que uma nação opta por desenvolver depende da sua história e das suas circunstâncias, os países serão necessariamente «democráticos de maneira diferente». Mas, em todos os países, a democracia é muito mais do que uma decisão individual ou eleição organizada à pressa. Exige um processo mais profundo de desenvolvimento político para inculcar valores e cultura democráticos em todas as partes da sociedade – um processo nunca formalmente concluído.

Construir instituições democráticas conseguindo, ao mesmo tempo, desenvolvimento social e económico equitativo cria tensões. Dar a um povo igualdade política formal não cria um desejo ou uma capacidade iguais de participar em processos políticos – ou uma capacidade igual de influenciar resultados. Os desequilíbrios dos recursos e do poder político subvertem frequentemente o princípio de uma pessoa, um voto e o objectivo das instituições democráticas. E os processos judiciais e as instituições reguladoras serão minados se as elites os dominarem à custa das mulheres, das minorias e dos que não têm poder.

A democracia que uma nação opta por desenvolver depende da sua história e das suas circunstâncias – os países serão necessariamente «democráticos de maneira diferente»

Um problema crítico é o dinheiro na política, que subverte as instituições democráticas quando exerce influência indevida sobre quem é eleito e sobre o que os legisladores votam. Debates recentes nos EUA sobre a reforma do financiamento das campanhas e as ligações financeiras entre a Enron e políticos importantes dos dois principais partidos do país mostram que este é um problema sério, tanto das democracias antigas como das novas.

Os candidatos presidenciais às eleições norte-americanas de 2000 gastaram 343 milhões de dólares nas suas campanhas, contra 92 milhões em 1980. Incluindo os gastos dos partidos políticos, provavelmente foi gasto mais de mil milhões de dólares nas campanhas de 2000. Em 2001, Michael Bloomberg gastou a quantia recorde de 74 milhões de dólares para se tornar Presidente da Câmara de Nova Iorque, o equivalente a 99 dólares por voto. O seu principal adversário gastou 17 milhões de dólares.

À medida que sobem os custos das campanhas, também aumenta o risco dos políticos serem desproporcionadamente influenciados por interesses empresariais. No ciclo eleitoral norte-americano de 2000, as empresas deram 1,2 mil milhões de dólares em contribuições políticas – cerca de 14 vezes a quantia já considerável com que contribuíram os sindicatos e 16 vezes as contribuições de outros grupos de interesses. Embora muitos países europeus tenham limites mais austeros para o financiamento empresarial, aparecem modelos semelhantes em muitos outros países. Na Índia, grandes empresas forneceram 80% do financiamento dos principais partidos, em 1996.

Ao mesmo tempo, os partidos políticos estão em declínio em muitas partes do mundo. Em França, Itália, Noruega e nos Estados Unidos, a filiação em partidos políticos implantados é metade do que era há 20 anos, e por vezes menos. E pesquisas recentes na América Latina e na Europa Central e do Leste concluíram que as pessoas têm mais confiança na televisão do que nos partidos políticos.

Desencadear um ciclo virtuoso para o desenvolvimento humano exige a promoção da política democrática

Promover a política democrática significa expandir capacidades como a educação, para possibilitar que as pessoas desempenhem um papel mais efectivo nessa política e fomentar o desenvolvimento de grupos da

sociedade civil e doutras instituições informais, para ajudar as instituições democráticas a representar melhor as pessoas.

Nas últimas duas décadas, apareceram muitas novas maneiras de as pessoas participarem em debates e actividades públicas. Embora tenha diminuído a filiação em partidos políticos, sindicatos e outros veículos tradicionais da acção colectiva, houve uma explosão do apoio a organizações não governamentais (ONG) e a outros novos grupos da sociedade civil. Em 1914, havia 1.083 ONG internacionais. Em 2000, havia mais de 37.000 – aproximadamente um quinto das quais formado nos anos 90. A maioria dos países desenvolvidos assistiu a um aumento ainda mais acentuado do número de ONG e organizações sem fins lucrativos nacionais: em 1996, a Índia tinha mais de um milhão de organizações sem fins lucrativos e o Brasil tinha 210.000.

Mais de 7 mil milhões de dólares de ajuda aos países em desenvolvimento correm agora através das ONG internacionais, reflectindo e apoiando uma expansão significativa do âmbito e da natureza das actividades das ONG. Além de defenderem e se envolverem em projectos de desenvolvimento, as ONG estão a assumir papéis mais directos na tomada de decisão e monitorização locais e a desenvolver novas formas cooperativas de governação. O Conselho de Intendência das Florestas reúne grupos ambientalistas, a indústria da madeira, trabalhadores florestais, povos indígenas e grupos comunitários para certificar madeira para exportação cortada de forma sustentável. Em Porto Alegre, Brasil, e noutros sítios, os processos orçamentais já envolvem consultas a grupos da sociedade civil. No Reino Unido, o Grupo do Orçamento das Mulheres foi convidado a analisar as propostas orçamentais do governo.

O voluntariado também está a florescer. Na Holanda, calcula-se que o trabalho de voluntários seja igual a 445.000 empregos a tempo inteiro, o equivalente a 13,6 mil milhões de dólares. Na Coreia do Sul, cerca de 3,9 milhões de pessoas dão mais de 451 milhões de horas, com um valor que ultrapassa 2 mil milhões de dólares. No Brasil, pelo menos 16% dos adultos dão tempo como voluntários. A acção dos consumidores é outra maneira das pessoas vulgares se envolverem em debates públicos sobre questões políticas – digamos, boicotando tapetes feitos com trabalho infantil, ou comprando produtos que ajudem os pequenos produtores de café. A ameaça dessa acção pode tornar as empresas responsáveis

Nas últimas duas décadas, apareceram muitas novas maneiras de as pessoas participarem em debates e actividades públicas

Para serem plurais e independentes, os meios de comunicação têm que ser livres, não só do controlo do estado, mas também das pressões empresariais e políticas

perante as expectativas públicas de responsabilidade social das empresas.

Estes e outros exemplos têm muito campo para alargar a participação na governação e promover resultados mais equitativos para as pessoas. Em grande medida, a sociedade civil trabalha para fortalecer as instituições democráticas e não para as minar.

Os grupos da sociedade civil não se adaptam facilmente aos modelos tradicionais de governação e responsabilização – o que faz parte do seu valor para as democracias. Mas quando esses grupos resultam de coisas por fazer ou usam tácticas que são contrárias aos valores democráticos, podem ser, ao mesmo tempo, cívicos e «incívicos». O aparecimento desses grupos coloca um desafio ao envolvimento político verdadeiramente democrático.

Não há soluções simples para este problema. Mas muitos grupos da sociedade civil reconhecem que têm que ser publicamente responsáveis pelos seus actos. Na Etiópia, ONG nacionais adoptaram códigos de conduta para promover a efectiva auto-regulação. Os códigos salientam a importância da transparência e da responsabilidade – e a necessidade das ONG assegurarem que representam verdadeiramente as pessoas cujas vidas afectam.

Meios de comunicação livres e independentes são outro pilar crucial da democracia. Por todo o mundo, continua a haver restrições às liberdades cívicas básicas – como os direitos de livre expressão, de reunião e de informação. Poucos países têm leis de liberdade de informação, por exemplo. Mas, em muitos países, novas liberdades de imprensa e tecnologias estão a permitir aos meios de comunicação contribuírem mais para a política democrática, abrindo debates públicos e denunciando a corrupção e os abusos. A transparência dos resultados das eleições do Gana de 2000 foi ajudada pelos esforços das muitas estações de rádio privadas do país. Essas estações dificultaram a falsificação dos votos, dando credibilidade aos resultados anunciados.

A maioria dos cidadãos vulgares tem muito mais fontes de informação a que recorrer do que tinha há 10 anos, principalmente nos países em desenvolvimento. E menos dessa informação fica sujeita ao controlo rígido do estado. Mas, para serem plurais e independentes, os meios de comunicação têm que ser livres, não só do controlo do estado, mas também das pressões empresariais e políticas. Embora as reformas do mercado e a integração económica tenham reduzido a propriedade estatal de meios de comu-

nicação, aumentou a concentração na propriedade privada. Quatro grupos privados de comunicação são proprietários de 85% dos jornais diários do Reino Unido que representam dois terços das tiragens. E nos Estados Unidos, seis empresas controlam a maior parte dos meios de comunicação.

As pressões comerciais e políticas distorcerão sempre o campo de actuação no mercado de ideias. Mas, a resposta a uma excessiva influência empresarial ou política não é o regresso à regulamentação rigorosa pelo estado. Os meios de comunicação precisam de ser livres e responsáveis – razão pela qual está a ser colocada ênfase em altos padrões de profissionalismo e ética. Os jornalistas e os meios de comunicação só são livres quando servem o público em primeiro lugar e o governo, ou os accionistas privados, em segundo lugar. Há uma gama de mecanismos que podem promover esses objectivos sem recorrer a controlos governamentais, incluindo a auto-regulação através de organismos independentes, de códigos profissionais de ética e do uso de provedores oficiais, bem como da formação e do aumento da consciência dos jornalistas.

Estabelecer o controlo democrático das forças de segurança é outra prioridade – de outra maneira, longe de garantir a segurança pessoal e a paz, as forças de segurança podem miná-las activamente.

A desilusão popular não é o único problema que as democracias mundiais enfrentam. Em muitas, um obstáculo ainda maior é o grande poder das forças armadas, da polícia e dos serviços secretos – para não mencionar senhores da guerra, grupos paramilitares e empresas de segurança privada.

Na segunda metade do século XX, 46 governos eleitos foram derrubados pela força por regimes autoritários. E, desde 1989, exércitos nacionais intervieram directamente nos assuntos políticos de 13 países subsarianos, ou cerca de um em cada quatro países da região. Nalguns países – Nigéria, em 1993 e Mianmar, em 1990 – líderes militares arrancaram, pela força, o controlo a governos eleitos (ou não lhes entregaram o poder), a pretexto de manter a paz civil. Noutros, como o Zimbabwe em 2000-02, governos eleitos minaram a democracia e a segurança pessoal utilizando partes do sector da segurança para os seus próprios fins. Noutros países ainda, o risco de um es-

tado falhado – onde o sector da segurança está fragmentado ou até privatizado – é tão grande como o risco de voltar ao regime autoritário brutal.

Quando a ordem cede num país, são os pobres quem normalmente sofre primeiro e mais. Com grande frequência, a violência contra civis emana de forças sob controlo governamental. Durante o século XX, os governos mataram cerca de 170 milhões de pessoas, muito mais do que as que morreram em guerras entre países.

A governação não democrática das forças de segurança também pode distorcer as prioridades de segurança. Muitos governos continuam a militarizar as suas forças policiais, esbatendo a distinção entre elas e as forças armadas, ou subfinanciando-as gravemente. Sem controlo democrático civil das forças de segurança – incluindo uma força de polícia nacional eficiente e justa – os governos não podem garantir a segurança das pessoas e o desenvolvimento humano é gravemente retardado.

As relações entre civis e forças de segurança raramente são as ideais, mesmo em democracias antigas. Mas, há exemplos encorajadores nalgumas novas democracias, incluindo a África do Sul, vários países da Europa do Leste e países latino-americanos anteriormente propensos a golpes de estado, que mostram que o progresso é possível. O êxito nesta área pode contribuir para o processo mais amplo de fortalecer as instituições e a política democráticas. Também pode promover a paz e a estabilidade externa, porque as guerras entre países democráticos são bastante raras.

Nas sociedades dilaceradas pela guerra, recuperar o controlo das forças armadas é condição básica do progresso. De outra forma, os esforços de paz enfrentam o risco constante de reversão, especialmente as iniciativas de partilha do poder e de expansão da representação política. A falta de controlo também pode gerar a ilicitude galopante e criar condições para o florescimento de extremistas violentos – como no Afeganistão e na Somália, nos anos de 1990.

Mesmo nessas circunstâncias são possíveis soluções. Mas, exigem líderes políticos comprometidos com processos inclusivos e justos – em especial na desmobilização e na reintegração de antigos combatentes e na construção de forças de segurança profissionais etnicamente equilibradas – e nos investimentos numa paz justa e duradoura, incluindo inovações recentes como as comissões da verdade. Criar espaço político para uma ampla reconciliação de base

e para promover líderes locais dinâmicos, incluindo mulheres e jovens, são essenciais para a recuperação nacional. Nalguns casos, como no Afeganistão e em Timor Leste, os países também precisam de ajuda internacional em grande escala para manter a paz e a ordem, responsabilizar os violadores dos direitos humanos e construir instituições democráticas que consigam resolver disputas profundamente enraizadas, sem recorrer à violência.

A interdependência mundial também exige maior participação e responsabilidade na tomada de decisão global

Capacitar as pessoas para influenciar as decisões que afectam as suas vidas e para responsabilizar os seus governantes, já não é apenas uma questão nacional. Num mundo integrado, estes princípios democráticos têm uma dimensão global, porque regras e actores globais afectam muitas vezes a vida das pessoas, tanto como os nacionais.

Esta nova realidade tem sido reflectida em recentes protestos anti-globalização, tanto em países industrializados como em países em desenvolvimento. Embora estes protestos assumam diferentes formas e sejam conduzidos por diferentes agendas, muitas vezes estão unidos pela exigência de que actores e instituições globais sejam mais inclusivos e receptivos aos problemas das pessoas mais pobres do mundo. Os contestatários não estão sozinhos ao considerarem que este é um problema urgente.

Em 2001, foi lançado um fundo mundial para resolver um desequilíbrio na investigação em saúde. A malária, por exemplo, mata pelo menos um milhão de pessoas por ano, quase todas nos países mais pobres. Nos anos 50, a Organização Mundial da Saúde visava erradicar a doença. Mas, ao longo das décadas atraiu pouco financiamento público para investigação ou tratamento. Em 1992, menos de 10% da despesa mundial com a investigação em saúde destinaram-se a 90% do fardo mundial da doença.

As regras do comércio internacional também funcionaram contra os interesses económicos dos países em desenvolvimento e não reduziram o protecçãoismo nos países industrializados, especialmente através de medidas anti-dumping e outras barreiras não tarifárias. Em média, as tarifas dos países industrializados sobre as importações provenientes dos países em desenvolvimento são quatro

Num mundo integrado, esses princípios democráticos têm uma dimensão global, porque regras e actores globais afectam muitas vezes a vida das pessoas, tanto como os nacionais

Um maior pluralismo na política mundial também tem sido ajudado por novas formas de colaboração entre governos e grupos da sociedade civil mundial

vezes mais do que aquelas que incidem nas importações provenientes doutros países industrializados. Além disso, os países que pertencem à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) dão cerca de mil milhões de dólares por dia de subsídios à agricultura doméstica – mais de seis vezes o que gastam na ajuda pública ao desenvolvimento para os países em desenvolvimento.

Os esforços para construir uma governação global mais inclusiva e responsável enfrentam dois grandes desafios. O primeiro é aumentar o pluralismo: expandir o espaço para os grupos que estão fora das instituições formais do estado poderem participar na tomada de decisão global e, em particular, no desenvolvimento de mecanismos para alterar o comportamento de empresas privadas. O segundo é aumentar a participação e a responsabilidade nas instituições multilaterais, para dar um papel maior aos países em desenvolvimento.

Aumentar o pluralismo na tomada de decisão global. Através de uma série de campanhas de perfil elevado, movimentos da sociedade civil têm estado a promover o pluralismo a nível mundial. Algumas tácticas têm sido dramáticas e eficazes, como a cadeia humana que, em 1998, a campanha de alívio da dívida do Jubileu 2000 formou em torno dos líderes dos países do G-8 em Birmingham, Reino Unido. Um activismo semelhante focou outras questões – desde o papel dos «diamantes de sangue» no financiamento da guerra de guerrilha em África, até à maneira como o acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS) corria o risco de privar os pobres do acesso a medicamentos essenciais.

Um maior pluralismo na política mundial também tem sido ajudado por novas formas de colaboração entre governos e grupos da sociedade civil mundial. Talvez o exemplo melhor sucedido seja o tratado de 1998, que procura criar o Tribunal Penal Internacional. Apesar da oposição de vários países importantes, o tratado foi recentemente ratificado – reflectindo o apoio mobilizado por centenas de organizações dos direitos humanos em todo o mundo.

Maior pluralismo está, também, a ser integrado nos mecanismos e sistemas internacionais, como no caso da Comissão Mundial sobre Barragens, da nova abordagem consultiva das estratégias

de redução da pobreza nacional pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, e do Compacto Global da ONU sobre a responsabilidade social das empresas, recentemente lançado.

Maior participação e responsabilidade nas instituições multilaterais. Embora a emergência de uma sociedade civil mundial tenha criado oportunidades de aprofundamento da democracia a nível internacional, as instituições internacionais existentes precisam de reformas. Os países em desenvolvimento deviam ter uma palavra mais forte no seu funcionamento. Dada a sua enorme – e crescente – influência, essas instituições também deviam ser mais responsabilizadas pelas suas políticas e pelos seus actos.

Veja-se a Organização Mundial do Comércio. Todos os países membros têm um lugar e um voto, o que é muito democrático. Mas, a verdadeira tomada de decisão ocorre por consenso, fortemente influenciada pelos países maiores e mais ricos. O desequilíbrio da participação dos países em desenvolvimento também é evidente nos movimentos da sociedade civil global. Das 738 ONG acreditadas junto da conferência ministerial de 1999 da OMC, em Seattle, Washington, 87% eram de países industrializados.

O défice democrático em organizações internacionais é inevitável, porque as pessoas não elegem directamente os seus representantes junto da OMC, do FMI, do Banco Mundial ou do Conselho de Segurança da ONU. Muitos defendem que os desequilíbrios do poder político e económico global também tornam inevitável a tomada de decisão não representativa a nível intergovernamental. Este argumento tem considerável força. Nomeadamente, a influência dos Estados Unidos sobre instituições como o FMI e a OMC tem pouco a ver com o poder formal de voto – e muito com a posição global dos Estados Unidos.

Talvez não seja coincidência que as instituições internacionais mais representativas, como o Conselho Económico e Social da ONU e a Assembleia Geral da ONU, também sejam considerados os menos poderosos. A realidade é que os países poderosos – cruciais para o êxito de qualquer instituição internacional – tendem a gravitar em torno das instituições que lhes dão mais influência. E levam consigo a sua força: seja para as reuniões da «sala verde» da OMC, ou para as reuniões do conselho executivo do FMI. Os esforços para melhorar a representação dos países em desenvolvimento têm que ter em conta estas realidades básicas.

Ainda assim, há considerável espaço para tornar as instituições globais mais democráticas. Têm sido feitas muitas propostas para eliminar praticas manifestamente antidemocráticas, como o veto no Conselho de Segurança da ONU e a maneira como são seleccionados os líderes do FMI e do Banco Mundial. Várias comissões, grupos de especialistas e organizações da sociedade civil também recomendam o aumento da transparência publicando, por exemplo, as decisões tomadas pelos conselhos executivos das principais instituições financeiras internacionais e tornando a tomada de decisão na OMC mais inclusiva e transparente.

Nos últimos anos, o Banco Mundial e as Nações Unidas fizeram esforços importantes para se tornarem mais abertas e transparentes. Os progressos em muitas das propostas mais ambiciosas de reforma democrática – como a do Conselho de Segurança da ONU – pararam. Mas, continua a existir uma forte pressão para estender os princípios democráticos a essas organizações, em particular, desde que muitas passaram a estar muito mais profundamente envolvidas nas políticas económicas e sociais nacionais. Quanto mais profunda for a sua intervenção em reformas sensíveis da governação dos países em desenvolvimento, maior é a necessidade das organizações internacionais serem abertas e responsáveis.

O argumento tradicional contra essas reformas é que tornariam a tomada de decisão pesada e impraticável. Mas, contra isso devem ser colocadas as realidades de um mundo mais integrado. Seja o objectivo a paz, o crescimento económico ou a sustentabilidade ambiental, os esforços internacionais para promover a mudança não funcionam se os actores nacionais se sentirem excluídos. Em todo o

mundo, as Nações Unidas, o FMI, o Banco Mundial e a OMC estão a enfrentar o facto de que a propriedade é importante. Cada vez mais, as principais potências mundiais reconhecem que uma sensação generalizada de exclusão e de impotência nos países em desenvolvimento pode ameaçar o crescimento económico e a segurança, tanto dos países industrializados como dos países em desenvolvimento.

* * *

Uma lição duradoura da última década é que as instituições políticas nacionais não estão a acompanhar os desafios da governação de um mundo mais interdependente. Enquanto as novas democracias lutam por lançar as bases da governação democrática, novas forças e instituições estão a exercer poderosa influência na vida das pessoas. E novos tipos de conflito estão a proliferar dentro dos países e entre eles.

Muitos esperavam que os ataques terroristas de 11 de Setembro inspirassem a unidade global para enfrentar os desafios da governação nacional e internacional. E há sinais encorajadores nesse sentido, como o compromisso do aumento da ajuda assumida na Conferência sobre Financiamento do Desenvolvimento, de Março de 2002. Mas, existe uma possibilidade igualmente forte dos ataques e do que se lhes seguiu enfraquecerem ainda mais as instituições mundiais, minarem os direitos humanos e exacerbarem a fragmentação económica e social.

É clara a necessidade de agir. Também é necessária a vontade de agir de maneira a cultivar a democracia, fazer progredir o desenvolvimento e expandir as liberdades humanas em todo o mundo.

Os esforços internacionais para promover a mudança não funcionam se os actores nacionais se sentirem excluídos

Balço do desenvolvimento humano

PROGRESSO GLOBAL

FRAGMENTAÇÃO GLOBAL

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

- Desde 1980, 81 paíes tomaram medidas significativas no sentido da democracia, com 33 regimes militares substituídos por governos civis²
- 140 dos cerca de 200 paíes do mundo realizam já eleições multipartidárias, mais do que em qualquer outra altura da história³
- Em 2000 havia mais de 37.000 ONG internacionais registadas, mais um quinto do que em 1990. Mais de 2.150 ONG têm estatuto consultivo junto do Conselho Económico e Social da ONU e 1.550 estão associadas ao Departamento de Informação Pública da ONU⁶
- 125 paíes, com 62% da população mundial, têm uma imprensa livre ou parcialmente livre⁹
- Entre 1970 e 1996, o número de jornais diários dos paíes em desenvolvimento mais do que duplicou, passando de 29 para 60 exemplares por 1.000 habitantes, e o número de televisões aumentou 16 vezes¹⁰
- O número de paíes que ratificaram as seis principais convenções e acordos de direitos humanos aumentou significativamente desde 1990. As ratificações do Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (ICESCR) e do Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (ICCPR) aumentou de cerca de 90 para cerca de 150¹³
- Em 10 paíes, mais de 30% dos parlamentares são mulheres¹⁶
- Entre 1996 e 2001, apenas se registaram 6 vetos no Conselho de Segurança da ONU – em comparação com 243, entre 1946 e 1995, uma média de 50 por década¹⁸
- Das 81 novas democracias, apenas 47 são totalmente democráticas. Muitas outras não parecem estar em transição para a democracia, ou caíram de novo no autoritarismo, ou no conflito⁴
- Apenas 82 paíes, com 57% da população mundial, são inteiramente democráticos⁵
- Há ONG que ainda não têm estatuto consultivo junto do Conselho de Segurança, ou da Assembleia Geral da ONU. Apenas 251 das 1.550 ONG associadas ao departamento de Informação Pública da ONU estão sediadas em paíes em desenvolvimento⁷
- 61 paíes, com 36% da população mundial, ainda não têm uma imprensa livre¹¹
- Em 2001, 37 jornalistas morreram no cumprimento do dever, 118 foram presos e mais de 600 jornalistas, ou organizações noticiosas, foram fisicamente atacados ou intimidados¹²
- 106 paíes ainda restringem importantes liberdades civis e políticas¹⁴
- 38 paíes não ratificaram ou não assinaram o ICCPR, e 41 não ratificaram ou não assinaram o ICESCR¹⁵
- Em todo o mundo, apenas 14% dos parlamentares são mulheres – e em 10 paíes nenhum é mulher¹⁷
- A Organização Mundial do Comércio funciona na base de um país, um voto, mas a maioria das decisões fundamentais é tomada pelas principais potências económicas em reuniões da «sala verde»
- Os directores executivos que representam a França, Alemanha, Japão, Federação Russa, Arábia Saudita, Reino Unido e os Estados Unidos detêm 46% dos direitos de voto no Banco Mundial e 48% no Fundo Monetário Internacional¹⁹

JUSTIÇA ECONÓMICA

- A percentagem da população mundial que vive na pobreza extrema caiu de 29%, em 1990, para 23%, em 1999²⁰
- Durante os anos 1990, a pobreza extrema foi reduzida a metade na Ásia Oriental e Pacífico e caiu 7 pontos percentuais na Ásia do Sul²¹
- A Ásia Oriental e Pacífico atingiu um crescimento anual de 5,7% do rendimento per capita nos anos 1990; e a Ásia do Sul 3,3%²⁴
- Espera-se que os mais de 500 milhões de utilizadores actuais da Internet aumentem para cerca de mil milhões, até 2005²⁷
- Os 5% das pessoas mais ricas do mundo têm rendimentos 114 vezes superiores aos dos 5% mais pobres²²
- Durante os anos 1990, o número de pessoas em extrema pobreza na África Subsariana aumentou de 242 milhões para 300 milhões²³
- Na Europa Central e do Leste e na CEI, o rendimento per capita diminuiu 2,4% ao ano, nos anos 1990, e na África Subsariana 0,3%²⁵
- 20 paíes da África Subsariana, com mais de metade da população da região, estão mais pobres agora do que em 1990 – e 23 estão mais pobres do que em 1975²⁶
- 72% dos utilizadores da Internet vivem em paíes da OCDE com elevados rendimentos, com 14% da população mundial. 164 milhões residem nos Estados Unidos²⁸

Balanço do desenvolvimento humano

PROGRESSO GLOBAL

FRAGMENTAÇÃO GLOBAL

SAÚDE E EDUCAÇÃO

- Desde 1990, 800 milhões de pessoas tiveram acesso a melhor abastecimento de água e 750 milhões a melhor saneamento básico²⁹
- 57 países, com metade da população mundial, reduziram a metade a fome, ou estão em vias de o fazer, até 2015³⁰
- Alguns países em desenvolvimento fizeram progressos na luta contra o VIH/SIDA. O Uganda reduziu a incidência do VIH de 14%, no princípio dos anos 1990, para cerca de 8%, no fim da década³³
- Entre 1970 e 2000, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos caiu em todo o mundo, de 96 para 56 por 1.000 nados-vivos³⁵
- Em todo o mundo, a escolarização primária aumentou de 80%, em 1990, para 84%, em 1998³⁹
- 51 países, com 41% da população mundial, atingiram, ou estão em vias de atingir a escolarização primária universal⁴⁰
- 90 países, com mais de 60% da população mundial, atingiram ou estão em vias de atingir a igualdade sexual no ensino primário, até 2015 – e mais de 80, no ensino secundário⁴³
- As taxas de vacinação juvenil na África Subsariana caíram para menos de 50%³¹
- Ao ritmo actual, levaria mais de 130 anos para o mundo se ver livre da fome³²
- No fim de 2000, quase 22 milhões de pessoas tinham morrido de SIDA, 13 milhões de crianças tinham perdido a mãe, ou ambos os pais, por causa da doença e mais de 40 milhões de pessoas vivem com o VIH. Dessas, 90% estavam em países em desenvolvimento e 75% estavam na África Subsariana.³⁴
- Todos os dias, mais de 30.000 crianças, em todo o mundo, morrem de doenças evitáveis³⁶
- No mundo, há 100 milhões de mulheres «que faltam» e que estariam vivas se não fosse o infanticídio, a negligência e o aborto sexualmente selectivo³⁷
- Todos os anos mais de 500.000 mulheres morrem como resultado da gravidez e do parto³⁸
- 113 milhões de crianças em idade escolar não andam na escola – 97% delas estão em países em desenvolvimento⁴¹
- 93 países, com 39% da população mundial, não têm dados sobre tendências da escolarização primária⁴²
- 60% das crianças de todo o mundo que não frequentam a escola primária são raparigas⁴⁴
- Dos cerca de 854 milhões de adultos analfabetos de todo o mundo, 544 milhões são mulheres⁴⁵

PAZ E SEGURANÇA PESSOAL

- 38 operações de manutenção da paz foram montadas desde 1990 – em comparação com apenas 16, entre 1946 e 1989⁴⁶
- A ratificação do Tribunal Penal Internacional pelo 60º país, em Abril de 2002, criou uma estrutura permanente para julgar crimes contra a humanidade
- Nos anos 1990, verificou-se a um grande declínio das mortes devidas a conflitos inter-estados, para 220.000 pessoas em toda a década – contra aproximadamente três vezes mais nos anos 1980⁴⁹
- Reflectindo a pressão de cerca de 1.400 grupos da sociedade civil, em 90 países, o Tratado de Proibição das Minas, de 1997, foi ratificado por 123 estados⁵⁴
- Ocorreu genocídio na Europa e na África, com 200.000 pessoas mortas na Bósnia em 1992-95 e 500.000 mortas no Ruanda em 1994⁴⁷
- Apareceram novas formas de terrorismo internacional, com 3.000 pessoas de mais de 80 países mortas nos ataques de Setembro de 2001 ao World Trade Center, na cidade de Nova Iorque⁴⁸
- Cerca de 3,6 milhões de pessoas foram mortas em guerras dentro dos estados, nos anos 1990⁵⁰
- Durante os anos 1990, o número de refugiados e de pessoas deslocadas internamente aumentou 50%⁵¹
- Metade do total de baixas civis são crianças,⁵² e calcula-se que existam 300.000 soldados crianças em todo o mundo⁵³
- Países importantes como a China, Federação Russa e Estados Unidos não assinaram o Tratado de Proibição das Minas
- 90 países ainda estão gravemente afectados por minas terrestres e projecteis que não explodiram, com 15.000 a 20.000 vítimas de minas por ano⁵⁵

Nota: As notas deste balanço aparecem na secção Notas do Relatório.